

O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI

CARLOS EDUARDO MARTINS*

Apresentação

A obra de Ruy Mauro Marini constitui-se em uma das mais importantes e originais do pensamento social e do marxismo no século XX. Bastante difundido na América Latina, o pensamento de Marini é, ainda, paradoxalmente, pouco conhecido no Brasil. Várias são as razões que contribuem para isso. Podemos enumerá-las.

A primeira, o golpe militar de 1964, que o apartou do país no seu nascedouro, antes que o autor desenvolvesse grande parte de sua produção. Os ecos da ditadura permaneceram depois de efetuada a anistia política, que, no caso de Marini, apenas se estendeu ao campo profissional em 1987, quando se reintegrou à UnB, de onde fora expulso pelos militares. A segunda foi a derrota dos movimentos revolucionários na América Latina nos anos 1970, o que permitiu a rearticulação da ofensiva conservadora, limitando o isolamento ideológico das ditaduras. A terceira razão, o fato de que a estratégia burguesa de redemocratização articulou um novo consenso ideológico e encontrou campo de atuação específico nas ciências sociais. A Fundação Ford, em particular no Brasil, cumpriu um papel bastante importante, visando à constituição de uma comunidade acadêmica emergente capaz de dirigir a base econômica que esta havia gerado num contexto democrático. Substituiu-se o enfoque transdisciplinar que havia caracterizado o pensamento latino-americano dos anos 1950, 1960 e 1970 pelo analítico, que fragmentou as

* Professor-adjunto e chefe do Departamento de Ciência Política (UFRJ). Pesquisador da Reggen e de Clacso.

ciências sociais em disciplinas autônomas e desautorizou intervenções globais nas sociedades, limitando-se a gerenciar e acomodar dimensões sistêmicas específicas. Economia, política, história, sociologia, antropologia e relações internacionais tornaram-se “proprietárias” de dimensões determinadas da realidade, rechaçando a socialização de seus objetos de conhecimento. Fernando Henrique Cardoso foi pioneiro na articulação do papel que a Fundação Ford exerceu no Brasil e na América Latina. O resultado foi a formação de uma comunidade acadêmica liberal, comprometida com a dominação burguesa e subordinada à hegemonia estadunidense, mas que rechaçava a ditadura e, em menor grau, o imperialismo enquanto formas políticas de exercício do poder. Essa comunidade consolidou posições na universidade brasileira e nos meios de comunicação de massa e se opôs à reintegração do enfoque latino-americanista à cultura política brasileira. A publicação no Cebrap, financiado pela Ford, de uma crítica de Cardoso e José Serra à obra de Marini, sem a resposta do autor, durante a vigência da ditadura, censurando o debate ocorrido no México, contribuiu para distorcer a obra de Marini no Brasil. Finalmente, o sucateamento das universidades públicas pela ofensiva neoliberal dificultou a reconstrução de uma ciência social articulada ao interesse das grandes maiorias. Mas é exatamente a crise econômica, social, política e ideológica do neoliberalismo que impulsiona a releitura da obra de Ruy Mauro Marini para refletirmos sobre os dilemas de nosso tempo.

A obra de Marini desenvolve quatro temas de grande importância: em primeiro lugar, a economia política da dependência, que a partir dos anos 1990 se converte em economia política da globalização. O segundo grande tema da obra de Marini é a análise do modelo político latino-americano. O socialismo, enquanto movimento político, experiência estatal e civilizatória, tem presença destacada em sua obra. O quarto tema de grande relevância na obra do autor é o pensamento latino-americano, cujas principais correntes sistematiza e analisa nos anos 1990, tendo em vista a tarefa de sua revisão crítica para atender aos desafios do século XXI. Dedicaremos-nos, neste trabalho, por questões de espaço, aos três primeiros.

A economia política mariniana

Podemos situar entre 1969 e 1979 a primeira fase de desenvolvimento da economia política formulada por Marini. Ela se desenvolve a partir de um conjunto de textos do autor: *Dialética da dependência* (1973); *Las razones del neodesarrollismo: respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra* (1978); *Mais-valia extraordinária e acumulação de capital* (1979) e o *Ciclo do Capital na economia dependente* (1979). A esses textos podemos acrescentar *Subdesenvolvimento e revolução* (1969), principalmente o prefácio à 5ª edição, de 1974. *Dialética da dependência* é o texto mais famoso, mas não é o único, nem necessariamente o mais importante. Lança as bases de uma economia política da dependência que será aprofundada mais adiante e se torna objeto de grandes polêmicas, dentre as quais destacam-se as com Fernando Henrique Cardoso e José Serra, de um lado,

e com Agustín Cueva, de outro. Nos anos 1990, o autor inicia a segunda fase de sua economia política, centrada, sobretudo, em seu *Processos e tendências da globalização capitalista* (1996).

Quais são as teses principais da economia política da dependência formulada por Marini?

O autor parte da compreensão do capitalismo como um sistema mundial hierarquizado, monopólico e desigual que produz e reproduz padrões nacionais/locais distintos de acumulação. Esse sistema cria centros mundiais da acumulação de capital e regiões dependentes num processo global de transferência de valor que tende a retroalimentar essa polarização. Enquanto os centros tendem, à medida que se desenvolve o modo de produção capitalista e sua base tecnológica industrial, a gravitar para a mais-valia relativa, os países dependentes fundamentam seus padrões de acumulação na superexploração do trabalho.

A superexploração se caracteriza pela queda dos preços da força de trabalho por abaixo de seu valor. Ela se desenvolve por meio de quatro mecanismos: a elevação da jornada ou da intensidade de trabalho sem a remuneração equivalente ao maior desgaste do trabalhador, a redução salarial ou, finalmente, a elevação da qualificação do trabalhador sem a remuneração equivalente ao incremento de valor da força de trabalho.¹ Esses mecanismos podem se desenvolver isoladamente ou de maneira combinada, de acordo com a fase em curso de acumulação de capital, mas representam maior desgaste do trabalhador e conseqüentemente o esgotamento prematuro e a limitação da sua força de trabalho em condições tecnológicas determinadas.

E por que a superexploração seria a característica específica da acumulação dos países dependentes? A resposta de Marini o leva à teoria geral da acumulação de capital para buscar no capitalismo dependente suas condições específicas de atuação, seguindo estritamente o método marxista de mover-se do abstrato para o concreto. Para o autor, a inovação tecnológica e a mais-valia extraordinária estão ligadas prioritariamente ao segmento de bens de consumo de luxo. Esse tema é abordado com detalhe em *mais-valia extraordinária e acumulação de capital*, desenvolvendo problemática abordada, inicialmente, em *Dialética da dependência*. A mais-valia extraordinária desvaloriza individualmente as mercadorias, mas

1 Esse último mecanismo não é citado explicitamente pelo autor em *Dialética da dependência* quando especifica as variáveis que constituem a superexploração, mas está claramente presente em seus escritos, como atesta esta passagem de *Las razones del neodesarrollismo* (1978): “[...] las necesidades sociales son tan fundamentales como las estrictamente físicas para la reproducción de la fuerza de trabajo, acorde a las exigencias que plantea el mercado de trabajo y el mismo desarrollo de las fuerzas productivas. El obrero debe presentar, por ejemplo, el nivel mínimo de calificación (o educación) exigido, para poder vender su fuerza de trabajo, del mismo modo como no puede prescindir del radio, e incluso de la televisión, cuando estos medios de comunicación se generalizan sob pena de convertirse en un bruto, por debajo de nivel cultural de la sociedad en que debe vivir y producir. Resumiendo: es posible afirmar que, pese al deterioro del salario real, el obrero ha visto aumentar el valor de su fuerza de trabajo, haciendo aún más dramática la brecha creciente entre dicho valor y el ingreso real que percibe” (Marini, 1978b).

mantém o seu valor social, uma vez que está fundada no monopólio tecnológico, ampliando a massa física de mercadorias. Sua realização, quando se converte em lucro extraordinário, exige, portanto, uma demanda ampliada. Essa demanda não pode ser impulsionada pelos bens de consumo necessários, pois isso suporia a transferência da mais-valia apropriada à força de trabalho, sob a forma de aumento dos custos do trabalho ou queda de preços, destruindo total ou parcialmente o lucro extraordinário. Ela é proporcionada, preferencialmente, pelos bens de consumo de luxo e os seus insumos produtivos: sua base material é a economia relativa de trabalho estabelecida pela inovação tecnológica que desloca demanda dos trabalhadores ao capital.

A mais-valia extraordinária, que move a inovação tecnológica, apresenta uma importante contradição com a mais-valia relativa. Diferentemente desta, não amplia a produção de mais-valia. Representa apenas uma nova repartição da massa de mais-valia disponível, pois não desvaloriza socialmente a mercadoria. Concentra-se no setor de bens de consumo suntuários, desvinculando o progresso técnico da desvalorização da força de trabalho e dos bens de consumo necessários que o trabalhador utiliza para reproduzi-la.

Foi exatamente essa tendência a desvincular o dinamismo do progresso técnico dos bens de consumo necessários que levou o capital a desenvolver o mercado mundial como importante fundamento de seu modo de produção e da revolução industrial. Concentrou-o em 20-25% da humanidade (Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália, Nova Zelândia e as elites da periferia e semi-periferia), ampliando o tipo de demanda que lhe permitirá manter o valor social da mercadoria independente da redução de seu valor individual. Essa configuração da demanda mundial, impulsionada pela inovação tecnológica e seus efeitos distributivos, foi um dos fatores que esteve na base da secular deterioração dos preços dos produtos primários e básicos *vis-à-vis* aos manufaturados e de luxo.

Diante da apropriação de mais-valia fundada no dinamismo tecnológico do segmento de bens de consumo suntuário, o segmento de bens de consumo necessário busca reagir. Duas são as formas de fazê-lo: a primeira, própria dos países centrais, é neutralizar parcialmente o monopólio do setor de bens de consumo de luxo pela via da competição tecnológica. Para isso é necessário certo grau de homogeneidade tecnológica interssetorial e social. Esse processo permitirá inicialmente ao empresário individual que atua no segmento de bens necessários alcançar a mais-valia extraordinária em seu interior. Mas ao se generalizar nele a competição tecnológica, os monopólios intrassetoriais se reduzirão e as mercadorias que compõem o valor da força de trabalho se desvalorizarão socialmente, produzindo mais-valia. A outra forma é mediante a superexploração do trabalho. Incapaz de neutralizar mesmo relativamente os efeitos deletérios do monopólio tecnológico sobre a sua taxa de lucro, o setor de bens de consumo necessário recorre à superexploração do trabalho para restabelecê-la. Essa situação ocorre quando a produção de mais-valia pelo setor de bens de consumo necessário for

inferior à apropriação que sofre. Para isso são necessárias duas condições: a produtividade e/ou dinamismo nesse segmento ser inferior à metade daquela no segmento de bens de consumo suntuário; e este, por sua vez, determinar as condições médias de produção em proporção ao menos equivalente ao segmento de bens necessários.²

Essa segunda situação configura a condição típica de dependência. Nela, a tecnologia estrangeira entra aos saltos, concentrando-se no segmento de bens de consumo suntuários, e limita drasticamente a capacidade de resposta local. Dirige-se, inicialmente, de modo prioritário à produção de bens que desvalorizem os capitais constante, circulante e variável nos países centrais e, posteriormente, durante a industrialização dos países dependentes, sem eliminar essa primeira orientação, preferencialmente ao consumo suntuário interno. A superexploração não atinge, evidentemente, apenas o segmento de bens necessário. Generaliza-se na formação social. Ela recompõe a taxa de lucro das empresas do setor de bens de consumo suntuário que sofrem assimetrias tecnológicas e as taxas de lucro das filiais das empresas estrangeiras que transferem excedentes para proprietários não residentes e lideram o dinamismo tecnológico. Cristaliza-se um segmento monopólico da burguesia nacional, associado à tecnologia estrangeira, que auferem altas taxas de mais-valia e de lucro, beneficiando-se de um mercado de trabalho regido pela superexploração para projetar-se nacional e internacionalmente.³

O setor monopólico da burguesia dependente, representado pelo grande capital internacional e nacional, tem a base de sua mais-valia extraordinária no monopólio setorial que exerce na economia dependente e transfere para os capitais de com-

2 Em *Superexploração do trabalho e economia política da dependência* (2009) apresentamos um modelo matemático que situa na teoria marxista do valor as condições em que a superexploração atua, tanto intrasetorialmente, no setor de bens de consumo suntuário, ou intersetorialmente, sobre o segmento de bens de consumo necessário. Vimos que a situação de total neutralização da apropriação de mais-valia é aquela onde a tendência monopólica é anulada e o dinamismo tecnológico do segmento de bens de consumo necessário corresponde em 100% ao do setor de bens de consumo suntuário. Inversamente, a situação de maior apropriação de mais-valia é aquela onde o segmento de bens de consumo necessário não apresenta dinamismo tecnológico, sujeitando-se à apropriação de mais-valia oriunda da expansão do setor de bens de consumo de luxo. Finalmente, a situação de equilíbrio é aquela em que a produtividade e/ou dinamismo do setor de bens de consumo popular equivalem à metade daqueles do setor de bens de consumo suntuário. A superexploração atua no intervalo em que o dinamismo/produtividade do setor de bens de consumo necessário se estende até a metade do dinamismo/produtividade do setor de bens de consumo suntuário, quando este determinar, em proporção ao menos equivalente àquele, as condições médias de produção, em razão dos efeitos dessa proporcionalidade sobre a apropriação da massa de mais-valia. Estamos desprezando os efeitos da elevação da composição orgânica do capital, que tende a ampliar esse limite.

3 “La superexplotación se refleja en una escala salarial cuyo nivel medio se encuentra por debajo del valor de la fuerza de trabajo, lo que implica que aún aquellas capas de obreros que logran su remuneración por encima del valor medio de la fuerza de trabajo (los obreros calificados, los técnicos, etcétera) ven su salario constantemente presionado en sentido descendente, arrastrado hacia abajo, por el papel regulador que cumple el salario medio respecto a la escala de salarios en su conjunto” (Marini, 1979a, p.53).

posição social média,⁴ ou inferior, as perdas que sofre por sua inserção mundial dependente. Essas perdas se manifestam na deterioração dos termos da troca, nas remessas de lucros e nos pagamentos de juros ou de serviços tecnológicos, comerciais e financeiros internacionais.

Os investimentos do segmento de bens de consumo necessários passam a estar vinculados:

a) à expansão demográfica do número de trabalhadores incorporados ao processo de trabalho e ao assalariamento, mantido o nível médio dos salários;

b) ao aumento da jornada de trabalho, de sua intensidade ou da qualificação da força de trabalho, ainda que a superexploração limite, em parte ou na totalidade, a expressão do maior desgaste ou do aumento do valor da força de trabalho nos seus preços; e

c) à elevação do valor moral e histórico da força de trabalho, variável esta limitada pela própria superexploração, que lhe restringe as condições específicas de formação ao colocar fortes restrições ao desenvolvimento social e político dos processos democráticos.

Nos anos 1990, Marini se volta para a globalização capitalista, buscando analisar seus fundamentos.⁵ Ele afirma que a superexploração, então característica da periferia, se generaliza para os centros do sistema mundial. Para explicar esse movimento, o autor aponta as duas novas formas de obtenção de mais-valia extraordinária no capitalismo globalizado: o monopólio da ciência e do trabalho intensivo em conhecimento; e a descentralização das tecnologias físicas, que perdem o seu lugar estratégico na divisão internacional do trabalho, e são transferidas para a periferia e semiperiferia em busca do trabalho superexplorado. Este passa a produzir mercadorias para a economia mundial que competem parcialmente com a especialização produtiva dos centros, utilizando tecnologias com alta produtividade. O resultado é a tendência a nivelar a composição técnica do capital no mundo mediante uma reorganização da divisão internacional do trabalho que cria um novo monopólio, de dimensões globais, capaz de impor significativas assimetrias à burguesia de base estritamente nacional dos países centrais. Esta, em consequência, recorre à superexploração face à sua incapacidade de restabelecer suas taxas de lucro pelo dinamismo da corrida tecnológica.

O outro tema de importância central na economia política mariniana é o subimperialismo, que apresenta duas dimensões: a econômica e a política. No nível econômico, torna-se a alternativa mais dinâmica para a realização de mercadorias,

4 Numa economia com presença monopólica estruturante, os capitais de composição média nivelam-se abaixo das condições sociais médias de produção.

5 Para Marini, a globalização capitalista significa um movimento em direção à mundialização da lei do valor e ao nivelamento das taxas de lucro, que é impulsionado pela apropriação da revolução científico-técnica pelo capital.

uma vez que a composição orgânica do capital nos países dependentes atinja nível médio, com a introdução da indústria de bens de consumo duráveis na região. A elevação das escalas produtivas encontra limites de realização numa formação social baseada na superexploração. Estes podem ser ultrapassados apenas parcialmente com a transferência de renda para os segmentos vinculados ao consumo suntuário, pois a disponibilidade de renda para o consumo não é garantia de que este venha a ocorrer, uma vez que a mercadoria deve representar valor de uso para quem a compra. A demanda estatal, outra forma de realização de mercadorias, encontra limites na oposição dos monopólios privados à construção de um poderoso capitalismo de Estado, centrado nas empresas estatais e almejando ampliar a autonomia tecnológica. O risco dessa alternativa, que mobilizou segmentos do setor militar e da burocracia estatal, foi uma das razões do deslocamento do apoio do grande capital às ditaduras para a transição rumo a democracias controladas pelas elites burguesas.

O subimperialismo, como teorizado por Marini nos anos 1970, se caracteriza do ponto de vista econômico pelo alto dinamismo das exportações de mercadorias, particularmente as manufaturas, pela exportação de capital e pelo controle regional de matérias-primas e suprimentos energéticos. O movimento de desdobramento internacional ocorreria, sobretudo, em direção a outros países dependentes, dos quais os países subimperialistas se candidatariam a subcentros integradores. Para Marini, na América Latina, dos três países em condição de desenvolver uma trajetória subimperialista, Brasil, Argentina e México, apenas o primeiro teria possibilidades de exercê-la.

A autonomia dos centros subimperialistas seria limitada pelo imperialismo, do qual dependeria tecnológica e ideologicamente. Essa acomodação, todavia, poderia produzir importantes contradições entre países subimperialistas e imperialistas. A afirmação do subimperialismo dependeria de uma política estatal que utilizasse as possibilidades internacionais da passagem da unipolaridade para a integração hierarquizada, quando o grande capital internacional restabelece sua autonomia relativa frente ao Estado norte-americano e se desenvolve a transição para a hegemonia compartilhada.⁶ Sua maior expressão regional foi o aparato tecnomilitar construído pelas ditaduras latino-americanas. Todavia, vários fatores limitaram as possibilidades do subimperialismo, sem necessariamente eliminá-lo: o apoio

6 Veja-se o texto de Ruy Mauro Marini, *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, publicado em *Cuadernos Políticos*, n.12, Ediciones Era, México, abril-junio de 1977. A literatura sobre a transição da hegemonia unipolar para a hegemonia compartilhada, como parte de uma crise de hegemonia mais ampla, é hoje bastante abundante. Ela se inicia nos anos 1970, em torno da quebra do padrão ouro-dólar, assumindo projeção na teoria da dependência com as obras de Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, e na teoria do sistema mundial com as obras de Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Andre Gunder Frank e Beverly Silver. Abordamos essa temática em nossa tese de doutorado, *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (2003), e em diversas obras coletivas.

do capital internacional aos processos de redemocratização face às pretensões de potência das ditaduras; a centralização financeira mundial impulsionada pelos Estados Unidos nos anos 1980; e a internacionalização de processos produtivos e mercados internos através do neoliberalismo (Marini, 1992a; 1996).

O modelo político latino-americano e a questão do socialismo

Ruy Mauro Marini dedica-se à teorização do modelo político latino-americano. Um de seus principais aportes nesse campo é o conceito de Estado de contrainsurgência, cuja emergência, desenvolvimento e crise o autor analisa (Marini, 1978a; 1992a; 1995). Essa forma de Estado encontra condições objetivas para o seu desenvolvimento a partir da integração dos sistemas produtivos latino-americanos mediante o investimento direto estrangeiro. Essa integração aprofunda a monopolização do capital e a superexploração do trabalho, gera dialeticamente um movimento de massas que pressiona os limites conservadores do pacto populista e é enfrentado internamente pelo conjunto da burguesia e do setor militar, sob a inspiração e auxílio da estratégia norte-americana de contrainsurgência. Esses segmentos aproveitam as debilidades do movimento popular, sob liderança populista e reformista, para derrotá-lo. A doutrina de contrainsurgência apresenta identidades e diferenças para com o fascismo, uma vez que ambas são formas específicas da contrarrevolução: se de um lado propõe-se a aniquilar o inimigo, impedindo-o de seguir fazendo oposição, de outro, propõe-se a restabelecer a democracia burguesa, superado o período de crise e exceção. A incapacidade de formar uma base de massas pequeno-burguesas, em função seja da proletarianização dessas camadas, seja da amplitude da superexploração ou da desnacionalização implementada pela economia política da contrainsurgência, privilegia as Forças Armadas como pilar do golpe de Estado e da ditadura a ser implementada e acentua as diferenças para com o fascismo.

O Estado de contrainsurgência não se restringe, necessariamente, à forma ditatorial. Habilita-se a construir democracias sob tutela, configurando aparatos militares e econômicos fora do controle do poder legislativo que o constituem como Estado corporativo da burguesia monopólica e das Forças Armadas. Essa evolução instituiu durante a transição democrática o que Marini chama de Estados de quarto poder, quando o grande capital e o aparato repressivo pretenderam institucionalizar democracias vigiadas e sob controle. Dois fatores limitaram a fórmula do Estado de quarto poder: a recomposição dos movimentos sociais que estabeleceram forte ofensiva nos anos 1980 e as fraturas provocadas pelo neoliberalismo no bloco burguês-militar que sustentou o Estado de contrainsurgência. O neoliberalismo impulsionou a reconversão do setor produtivo latino-americano, destruindo parcialmente segmentos de maior valor agregado, impondo forte desnacionalização e endividamento estatal. Tal processo confrontou as pretensões de afirmação nacional dos militares, notadamente, a média e baixa oficialidades, menos articuladas ao grande capital.

Para o autor, as democracias liberais na América Latina assentam-se sobre grande fragilidade institucional. A superexploração do trabalho implica altos níveis de desigualdade de renda e de propriedade, além de pobreza estrutural, entrando em contradição com a ideologia liberal, que promete progresso material e liberdade aos indivíduos. Ela não pode ser combatida eficazmente por meio dos mecanismos da democracia representativa, que supõem a passividade das grandes majorias da população e dão margem a importantes retrocessos. Um projeto político comprometido com mudanças sociais substantivas, como a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades, implica a organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais como sujeito político. Em suas formas mais avançadas e orgânicas implica a ultrapassagem da democracia parlamentar à participativa, o que inclui a socialização da gestão de empresas, do Estado e da sociedade em geral, configurando um amplo processo de emergência de subjetividade popular. Esse tema foi tratado por Marini em *El reformismo y la contrarrevolución – Estudios sobre Chile* (1976), ao abordar a questão da dualidade de poderes, quando menciona o choque entre a dinâmica social e política da classe trabalhadora e a institucionalidade burguesa-liberal, centrada na burocracia e na representação política. O grande capital e suas lideranças recorrem ao Estado de contrainsurgência para destruí-la, mas para isso necessitam recuperar a iniciativa política, apoiando-se nas debilidades organizacionais da classe trabalhadora. A introdução de reformas sociais de conteúdo popular colide com a resistência do grande capital, apoiado por parcelas significativas dos setores médios e pequena burguesia, e tende a desdobrar-se em capitalismo de Estado ou em formas de transição ao socialismo. Para o autor, as possibilidades de autonomia do capitalismo de Estado são limitadas e o provável a médio prazo é sua evolução ao socialismo, ou seu desmonte pelo restabelecimento do Estado de contrainsurgência.

Em seu artigo “Duas notas sobre o socialismo” (1994), Marini aponta o caráter histórico, provisório e limitado das formas iniciais do Estado socialista. Tal como o capitalismo surgiu no século XVI, a partir do controle do Estado pelo capital comercial e bancário, sem ter suas forças produtivas plenamente desenvolvidas, o socialismo é uma forma de transição para uma sociedade superior, que surge em situação de escassez, no século XX, sem os elementos para estabelecer plenamente suas formas políticas, econômicas, sociais e culturais. O capitalismo demorou quase trezentos anos para transformar o controle econômico sobre o Estado absolutista nas condições materiais para o desenvolvimento de suas forças produtivas ou revolução política e cultural, afirmando o Estado liberal e o primado do indivíduo sobre as corporações. Da mesma forma, o controle político dos trabalhadores sobre o Estado não implica simultaneamente o desenvolvimento das formas societárias vinculadas ao modo de produção comunista. Mas a aceleração tecnológica, provocada pelo próprio capitalismo, permite reduzir significativamente esse período de transição. O desenvolvimento do socialismo implica o estabelecimento de forças produtivas centradas no homem. Elas

baseiam-se no trabalho intelectual, na mundialização dos processos produtivos, no nivelamento tecnológico internacional e na democracia radical, na qual o governo da maioria desloca da coerção para a persuasão o princípio central de exercício do poder.

Segundo o autor, o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas em que se estabeleceram as experiências socialistas do século XX gerou um conjunto de importantes distorções em relação à potencialidade dessa formação social. Os mais importantes são a substituição do proletariado e segmentos populares pelo partido como sujeito histórico e a tentativa de suprimir o mercado, quando os níveis de desenvolvimento das relações sociais não permitiam fazê-lo, sem afetar substancialmente o dinamismo econômico e a eficiência. Para Marini, a revisão do socialismo, no século XXI, deveria implicar simultaneamente a democratização e descentralização da gestão aos trabalhadores e o restabelecimento dos mecanismos de mercado onde se revelassem necessários à eliminação da escassez. Deveria ainda aprofundar sua internacionalização, desdobrando-se do plano nacional para o regional e mundial. Na América Latina, a dimensão regional do socialismo afirmaria as nacionalidades e corresponderia ao nível mais amplo do desenvolvimento das forças produtivas introduzidas pela globalização, viabilizando a integração à economia mundial e a preservação de soberanias e princípios internos de organização.

Marini sustenta que a relação entre democracia e socialismo é contraditória. Em seu sentido pleno, o socialismo significa a máxima realização da democracia, entendida como governo exercido pelas maiorias, centrado na persuasão. Entretanto, essa alternativa depende do desenvolvimento das bases materiais, sociais, políticas e morais do socialismo enquanto Estado ou movimento social. O fortalecimento da alternativa socialista poderia significar a aproximação do processo revolucionário da via pacífica, implicando uma política de alianças no seio das classes trabalhadoras (diversos segmentos do proletariado e campesinato) e de tolerância à burguesia, que resultaria em pluralismo, sob a liderança política e ideológica dos trabalhadores. Inversamente, a maior debilidade do socialismo corresponderia ao fortalecimento da coerção e afastamento da alternativa democrática. Nesse contexto, a democracia poderia representar sua dissolução. Entretanto, o deslocamento excessivo à coerção implicaria outra forma de ameaça ao projeto socialista, trazendo o risco de ruptura interna do partido com a meta de transição ao comunismo. O restabelecimento da burocracia, sob forma socialista, se combinado com supressão do mercado, pode levar a problemas para o desenvolvimento econômico. A capacidade do poder central de alocar recursos com eficiência, eficácia e efetividade encontra restrições nas limitações dos instrumentos de medição da utilidade social dos produtos e serviços. Para Marx, o mercado é apenas parcialmente superado pelo desenvolvimento da burocracia como forma de alocação de recursos. Em verdade, tende a combinar-se com ela para se desenvolver. Apenas a democratização e a socialização do poder terão a capacidade de combinar-se

com as instâncias centrais de decisão e substituir o mercado como instrumento de medição da utilidade social de produtos e serviços.

Em sua análise sobre o Estado, Marini distingue dois níveis de poder: o das instituições sociais, por meio das quais uma classe constrói suas relações de dominação, e o de sua síntese no aparato jurídico-político institucional, mediante o Estado, que exerce uma ditadura fundada na coerção, representada na lei. Para o autor, há uma relação dialética entre essas duas dimensões. O aparato jurídico-político estatal expressa e fundamenta relações de dominação entre as classes sociais que só podem de fato ser transformadas com mudanças na estrutura desse aparelho coercitivo. Essas mudanças, por sua vez, não podem ser impostas unilateralmente de cima para abaixo e dependem de transformações que se desenvolvem até certo ponto no seio da própria sociedade, que ao fazê-lo, são capazes de sustentá-las e desenvolvê-las no aparato jurídico-político estatal. A democracia parlamentar articula-se à burocracia como modelo de gestão, ao despotismo da subsunção formal e real do trabalho ao capital, e à passividade das massas, não constituindo uma forma política adequada para a construção do socialismo. A transição democrática ao socialismo requer a construção de uma institucionalidade que rompa com o despotismo do capital, transfira aos trabalhadores os mecanismos de direção social e os represente publicamente no aparato estatal. A forma pacífica dessa transição depende da penetração da ideologia socialista, democrática e popular em segmentos do aparato repressivo do Estado, capazes de neutralizar, neste e no conjunto da sociedade, a rebelião burguesa ao desenvolvimento dos mecanismos de participação social. Entretanto, o autor ressalta que a violência está presente mesmo na transição pacífica: impõe-se a socialização dos meios de produção e do excedente econômico, ainda que esse processo possa se combinar com a preservação da pequena e média burguesias (Marini, 1976).

A obra de Marini e seus impactos no século XXI

As novas tendências da economia mundial

O pensamento de Marini possui grande relevância para a interpretação do mundo no século XXI. Entretanto, as novas dinâmicas da economia mundial conferem dimensões inéditas ao capitalismo contemporâneo, à globalização e aos conceitos que estruturam sua obra.

Duas grandes tendências se destacam:

a) O desenvolvimento da revolução científico-técnica estabelece a contradição entre o aumento da produtividade e a mais-valia extraordinária. O avanço da automação reduz a massa de valor representada pela força de trabalho a uma parte cada vez menor do processo produtivo, tornando a economia de trabalho estabelecida pela inovação insuficiente para valorizar a massa de mercadorias gerada pelo aumento da produtividade. O resultado é a tendência à queda de preços e à crise da mais-valia extraordinária. O capital reage a essa crise de três formas.

Apropria-se dos recursos públicos do Estado, impulsionando a dívida pública para sustentar lucros extraordinários que não se realizam integralmente pelo ciclo específico do capital produtivo; transfere-se parcialmente para países que ofereçam uma força de trabalho com qualificação próxima e significativamente mais barata que a dos países centrais; e apoia-se na sobrevalorização cambial estabelecida pelo governo estadunidense, que permite extremar as diferenças entre os custos em moeda nacional e a realização de mercadorias em dólar, via exportação, restituindo parcialmente o lucro extraordinário por meio de vultosos déficits comerciais dos Estados Unidos.

b) A ascensão da China na economia mundial traz elementos pós-capitalistas para o seu funcionamento e estabelece uma conjuntura de reversão da deterioração de preços dos produtos primários que favorece a América Latina. Na base desse processo está um modelo de desenvolvimento que se baseia, em parte, no aumento do valor da força de trabalho, mediante a elevação dos níveis de educação, saúde, consumo e decisão da população. Tal processo foi magistralmente analisado por Giovanni Arrighi em seu livro *Adam Smith em Pequim* (2008). A ascensão chinesa baseia-se em quatro fundamentos: o primeiro, a revolução socialista e seus impactos positivos sobre a educação e a saúde da população; o segundo, a descentralização administrativa que criou as empresas comunitárias, nem privadas e nem estatais, que se tornaram o eixo dinâmico da expansão vertiginosa da produtividade na China, desenvolvendo competências gerenciais nos trabalhadores e nas comunidades, e elevando seus níveis de consumo; o terceiro, a entrada no país do capital chinês da diáspora, beneficiado por transferências de divisas e de tecnologias, proporcionadas pela política de cerco ao mundo socialista praticada pelos Estados Unidos na Ásia durante a Guerra Fria; e, por último, a entrada do capital estrangeiro na China, mais condicionado pela dinâmica econômica chinesa do que se apropria da mesma.

A primeira tendência leva ao desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado, à crescente financeirização do capital⁷ e à crise da divisão internacional do trabalho. A segunda tendência, que se articula com esta última dimensão, amplia o consumo da população chinesa, de renda *per capita* similar à dos países latino-americanos, e a demanda de matérias-primas para o desenvolvimento e ingresso da China na alta tecnologia. Ela impacta favoravelmente os preços dos produtos exportados pelas periferias, afetando positivamente a balança comercial latino-americana.

⁷ A financeirização do capital está vinculada às transferências da poupança pública para o grande capital, sustentando seus lucros extraordinários por meio da formação da dívida pública. Esse processo independe de variações cíclicas em que a taxa de juros ou, inversamente, a taxa de lucro sejam o fundamento da atividade econômica, como demonstra a brutal expansão do endividamento público nos governos Reagan e Bush pai, exemplo do primeiro caso, ou Bush filho e Obama, do segundo caso.

A mundialização da revolução científico-técnica estabelece a insuficiência do capital produtivo para sustentar o lucro extraordinário e leva a um tipo de intervenção estatal totalmente distinto da que se estabeleceu durante o período longo de crescimento econômico dos anos 1940-1960. Na fase dourada do keynesianismo, a intervenção estatal favoreceu o desenvolvimento da produtividade, uma vez que o ciclo produtivo do capital garantia com razoável autonomia a sustentação dos lucros extraordinários. Entretanto, o novo período de crescimento longo, que se estabeleceu a partir de meados dos anos 1990, criou outra lógica de intervenção estatal, baseada na sustentação de preços de mercadorias ou valores fictícios de ativos em detrimento do desenvolvimento da produtividade. Essa lógica não é absoluta na economia mundial. Manifesta-se pela drástica elevação da dívida pública, baixas taxas de investimento e elevação das taxas de desemprego. Ela tem seu epicentro no Estado norte-americano e desdobra-se na sustentação de sua hegemonia no sistema-mundo e no desenvolvimento de um padrão de acumulação dependente.

Esse padrão predominante é, no entanto, decadente. Estabelece-se outra lógica de desenvolvimento e de intervenção estatal, atualmente centrada no leste asiático, em especial na China, mas de alcance e potencialidade multipolar. Baseia-se num capitalismo de Estado ou socialismo de mercado que, apesar de suas ambiguidades, coloca outros objetivos, além do lucro, como prioridades e metas a serem alcançadas pelas organizações: o desenvolvimento humano, a socialização dos processos decisórios, a produtividade, o bem-estar e a inclusão social. Essa trajetória de desenvolvimento é ainda incipiente e incerta: subordina-se à primeira, com a qual se articula, mas já impacta significativamente a economia mundial, sinalizando a possibilidade de uma reorganização global do sistema mundial.

A projeção da China na economia mundial apresenta profundos impactos sobre a América Latina na primeira década do século XXI. O desenvolvimento chinês e a inclusão de sua população, como um importante pilar desse processo, implicam a ampliação da demanda internacional de matérias-primas e de produtos básicos. Ela se associa às necessidades de consumo dessa população, cujos padrões de renda são ainda periféricos. De outro lado, os resultados do desenvolvimento industrial e científico-tecnológico chinês pressionam para baixo os preços internacionais dos produtos manufaturados. Os efeitos sobre o comércio exterior latino-americano são substanciais: entre 2004-2008 ingressaram na América Latina aproximadamente US\$ 322,3 bilhões como resultado da reversão da deterioração dos termos da troca⁸ e incrementou-se intensamente, ao longo da década, o volume de comércio com a China. Tal fator associou-se ao movimento cíclico de ingressos de capital estrangeiro na região, que se iniciou em 2007, em particular no Brasil, após o êxodo de 1999-2006, e apesar de limitado pela crise de 2009-2010, permitiu à região formar importantes reservas monetárias.

8 Em dólares constantes de 2000. Cf. América Latina e Caribe: séries históricas de estatísticas econômicas, 1950-2008. Disponível em: <www.eclac.org>. Acesso em fev. 2011.

A reversão da deterioração dos termos da troca elevou a taxa de mais-valia interna e contribuiu de forma mais geral para a redução da taxa de pobreza na região entre 2003-2010. Todavia permanecem importantes incertezas sobre a sustentabilidade dessa trajetória:

a) A longo prazo, a elevação da renda dos chineses provavelmente incidirá sobre os seus padrões de consumo, provocando o aumento relativo na demanda de bens manufaturados e serviços, em detrimento dos produtos básicos ou primário-exportadores. Mantidas as atuais tendências do comércio exterior da região, a China caminha, nos próximos vinte anos, para ser o principal parceiro comercial da América Latina, com efeitos significativos sobre a primarização de sua oferta exportadora. Se os benefícios da alta de preços dos produtos básicos forem apropriados pela burguesia exportadora, a retração ulterior dos superlucros será repassada aos trabalhadores sob a forma de aumento das taxas de superexploração do trabalho, caso esta exerça o controle sobre o Estado; mas se as divisas obtidas se traduzirem no aumento substancial dos serviços de saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia à população, por meio de formas populares de governo, criam-se bases sustentáveis, a partir das mudanças de poder político, social e econômico internas, para uma redefinição das relações internacionais da região.

b) A médio prazo, a elevação dos preços das *commodities* e produtos básicos pela demanda chinesa poderá ser contida por dois fatores. Pelo posicionamento da China à condição de grande investidora e produtora internacional, neutralizando seu descompasso com a de grande importadora; e pelo esgotamento do ciclo longo expansivo da economia mundial iniciado em 1994-1998.

A atualidade da superexploração do trabalho

A análise empírica da situação social e dos processos de trabalhos na América Latina nas últimas décadas parece reafirmar a tese de Marini sobre a centralidade da superexploração no capitalismo da região, ainda que a recente reversão da deterioração dos termos da troca possa tê-la suavizado nos últimos anos.

Haverá superexploração sempre que os índices salariais do conjunto dos trabalhadores, representativos dos preços da força de trabalho, caírem face ao múltiplo constituído pelos de qualificação e intensidade do trabalho, que representam o valor da mesma. Haverá ainda superexploração do trabalho quando, em situação de relativo desenvolvimento tecnológico, os preços da força de trabalho forem insuficientes para atender às necessidades básicas de consumo do trabalhador, que vivem em situação de pobreza estrutural, não reproduzindo plenamente sua força de trabalho.

Em razão das dificuldades para desagregar, no conjunto da região, os salários dos trabalhadores daqueles que formam a renda dos estratos superiores da pirâmide social, utilizaremos índices de pobreza como primeira aproximação à mensuração empírica do tema. Tal indicador é, entretanto, notoriamente insuficiente para medir

o fenômeno da superexploração em toda sua amplitude. Esta exige, normalmente, a configuração de um expressivo exército de reserva de trabalhadores que garanta a queda dos preços da força de trabalho por abaixo de seu valor. Esse exército pode ser em parte sustentado por políticas estatais de transferências de renda e combate à pobreza extrema, financiadas em grande medida pelos segmentos mais qualificados dos trabalhadores. Nesse caso, os índices de pobreza cairiam não em função da redução da superexploração do trabalho, mas sim da elevação de suas taxas nos segmentos mais qualificados da força de trabalho.

Todavia, a análise dos índices de pobreza da região, a partir de 1980, revela que estes se mantiveram em níveis bastante altos e que sua redução recente é proporcionalmente inferior ao aumento da qualificação e da intensidade do trabalho ocorrida nesses anos.

A população abaixo da linha de pobreza na América Latina em 1980 equivalia a 40% da população total. Em 1990, havia saltado para 48%, e em 2002 atingia 44%. Apenas a partir de 2005 inicia-se uma trajetória de redução significativa desse indicador, quando este cai de 39,8% para 33% em 2008, prevendo-se, todavia, sua elevação a 35% no contexto da crise econômica de 2009. Em período similar, o número de anos de estudo da população maior de 15 anos se eleva significativamente nos principais países latino-americanos, em proporção mais expressiva que a queda da pobreza na região. No Brasil se eleva de 5,8 a 8,6 anos entre 1979-2007; na Argentina, de 7,4 a 11 anos entre 1980-2006; no México, de 8,0 a 10,0 anos de 1989-2006; na Colômbia, de 7,1 a 9,9 anos entre 1980-2005; no Chile, de 9,9 a 11,3 anos entre 1987-2006 (Cepal, 2008a). Tais indicadores apontam uma velocidade de expansão da qualificação muito superior à de redução da pobreza. Enquanto a pobreza cai à velocidade de 0,7% a.a. na América Latina entre 1980-2008, a qualificação da força de trabalho se expande no Brasil em 1,5% a.a., na Argentina em 1,5% a.a., no México em 1,3% a.a., na Colômbia em 1,3% a.a., e no Chile em 0,7% a.a. para cada período assinalado anteriormente.

No que se refere à intensidade de trabalho, há dificuldades para a sua medição. Entretanto, há amplo consenso na literatura de que o aumento da produtividade do trabalho se faz acompanhar, a médio e longo prazos, da redução dos tempos mortos da jornada do trabalhador – isto é, de sua intensidade – e da elevação da qualificação formal de sua força de trabalho. Angus Maddison (1997) atribui a cada ano de educação secundária, 1,5 vezes o da educação primária, e à educação superior, o seu dobro, associando-os aos diferenciais de renda obtidos pelos trabalhadores a partir do tipo de qualificação. Na visão de Marx, o valor do trabalho complexo equivale, em princípio, ao múltiplo que representa do tempo de formação do trabalho simples. Podemos então, por hipótese, atribuir a variação de 50% ou 100% do ano de educação secundária ou superior em relação ao ano de escolaridade primária, ao aumento da intensidade de trabalho associado ao emprego de força de trabalho mais qualificada. Caso apliquemos essa metodologia aos resultados empíricos anteriores, se ampliará ainda mais a relação entre os multiplicadores

do valor da força de trabalho e a redução dos níveis de pobreza, cujo resultado, em geral, maior que 1, aumentar-se-ia pelo emprego do produto escolaridade x intensidade para configurar o valor da força de trabalho e sua variação.

As últimas décadas na América Latina têm sido objeto de profunda reestruturação do processo de trabalho, com introdução de métodos de gestão pós-fordistas, que elevaram significativamente a intensidade do trabalho, principalmente no emprego formal. O setor formal tem aumentado drasticamente a produtividade do trabalho, principalmente a partir da elevação de sua intensidade, uma vez que os investimentos em capital fixo permaneceram em níveis bastante baixos, muito inferiores aos alcançados na década de 1970.⁹ Entre 1990-2007, o PIB por hora trabalhada eleva-se, em dólares, de 5,57 a 7,19 no Brasil; de 10,17 a 15,54 na Argentina; de 8,60 a 9,19 no México; de 6,88 a 9,04 na Colômbia; de 4,13 a 6,96 no Peru; e de 9,96 a 13,91 no Chile.¹⁰ A economia latino-americana não exibiu, todavia, um aumento global das taxas de produtividade mais significativo, em função da destruição de postos de trabalho nos segmentos de maior valor agregado do setor produtivo, provocada pela ofensiva neoliberal na região. O resultado foi o aumento da heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho em função da precarização do trabalho e do desemprego.¹¹

No que se refere aos salários reais na região, observa-se nos casos de Argentina, Brasil, México, Peru, Uruguai e Venezuela redução dos seus índices entre 1980-2007.¹² Colômbia e Chile registram elevações significativas: o primeiro tem

9 Ver America Latina y el Caribe: series históricas de estadísticas económicas 1950-2008 (Cepal, 2010).

10 The Conference Board and Groningen Growth and Development Centre, *Total Economy Database*, janeiro de 2009.

11 No Brasil, entre 1990-1999, a participação dos trabalhadores por conta própria, familiares não remunerados e empregados domésticos na ocupação se eleva de 27% a 37,1%. No México, entre 1989-2002, esse grupo social representava, respectivamente, 23% e 27,3% da ocupação; na Colômbia, entre 1991-2002, o segmento representava 35,2% e 47,9% do emprego da força de trabalho; na Venezuela, entre 1990-2002, respondia por 28,8% e 42,5% da ocupação; na Argentina, equivalia a 32,3% e 28% da ocupação entre 1990-2002, todavia, o desemprego aberto havia saltado nesse país de 7,4% a 19,2% no período. Ver *Panorama social da América Latina* (2008).

12 Na Argentina, os níveis salariais da década de 1980 permanecem sem ser alcançados posteriormente. Assim, os índices de 128,8 em 1980, 135 em 1984 e 126 em 1985 e 1986 caem para a oscilação entre 89 e 100, que se mantém até 2005, quando se elevam até 117 em 2007. No México, o índice salarial médio de 1980-1982, que termina o ciclo desenvolvimentista, é de 117,1, sendo sucedido por quedas drásticas iniciadas pela crise dos anos 1980, que situam os índices entre 80 e 90, excetuando-se o ano de 1994, quando atinge 115, para cair novamente e ensaiar lenta recuperação a partir de 2000, estabilizando em 110 entre 2003-2007. No Brasil, o índice salarial médio da década de 1980, de 104,6, é sucedido pela queda para 97,7 na década de 1990 e nova queda de 8% até 2007. No Peru, os índices de aproximadamente 300 entre 1980-1982 caem para próximo a 100 nos anos 1990 e 2000. No Uruguai, os índices de aproximadamente 100, entre 1980-1982, caem para oscilar entre 80-90 na década seguinte. Na Venezuela há queda drástica dos níveis salariais dos trabalhadores privados na década de 1980. Na década de 1990 caem de um índice de 180 para 78,4 em 2003, quando então se elevam para 85,6. Na Colômbia, os salários sobem de 64,9 a 108, entre 1980 e 2007, e no Chile, de 66,2 a 113,7, no mesmo período. Ver CEPALSTAT: *Estatísticas de América Latina e Caribe*.

como base comparativa o setor manufatureiro, e o segundo, a contração salarial e os altíssimos níveis de desemprego estabelecidos pela ditadura chilena na década de 1980. Há que se registrar, no caso chileno, a importância da oscilação dos preços do cobre para a economia e os ingressos salariais.

A tendência prevalecente à queda salarial e o aumento da intensidade do trabalho e da qualificação da força de trabalho estabelecem uma situação de superexploração na região em seu conjunto, desde os anos 1980. A presença da superexploração do trabalho é corroborada ainda pelo alto grau de concentração na distribuição de renda nos países latino-americanos, o que configura estrutura produtiva em que o dinamismo da produção de bens de consumo suntuários é muito superior ao de bens de consumo necessário. Produzem-se mercadorias sem gerar-se o equivalente em mais-valia pela via do progresso tecnológico. Esse desequilíbrio traz a necessidade de que a mais-valia seja apropriada, já que é insuficientemente produzida. Tal situação caracteriza o contexto de dinamismo tecnológico inerente à superexploração, no qual o setor de bens de consumo populares apresenta produtividade e/ou dinamismo inferior à metade daqueles determinados pelas condições médias de produção.

Segundo a Cepal, a distribuição do ingresso na América Latina, que mede apenas a renda do fator trabalho – e não a apropriada por meio dos investimentos financeiros ou da propriedade –, apresentava a seguinte forma: no Brasil, em 2005, os 20% mais ricos se apropriavam de 60% da renda do fator trabalho e os 30% mais ricos de 71% dela; no México, de 53% e 64% dessa renda; na Colômbia, em 2006, de 61% e 72%; no Chile, em 2005, de 56% e 67%; no Peru, em 2006, de 54% e 65,8%; na Argentina, em 2002, de 56,6% e 68,4%; na Bolívia, em 2006, de 60,7% e 72,3%; e no Haiti, em 2001, de 63% e 73,5% (Cepal, 2008a).

O dinamismo do consumo suntuário nesses países é mais que o dobro daquele do consumo necessário, que inclui 70% da população (Cepal, 2008). Não estamos considerando a baixa participação relativa do fator trabalho no PIB latino-americano, que atua para extremar ainda mais a concentração de renda, consumo e riqueza, reforçando a orientação do setor produtivo para a geração de mercadorias que em sua maior parte não incidem na desvalorização da força de trabalho.

Em relação à extensão da superexploração do trabalho nos países centrais, os indicadores para os Estados Unidos corroboram essa visão. Entre 1965-1973, os salários reais por hora, em dólares constantes de 1982, saltam de US\$ 8,04 a US\$ 8,94. A partir de 1980, entram em trajetória de significativo descenso, para alcançar US\$ 7,54 em 1995. Inicia-se uma lenta trajetória de recuperação, desde então, elevando-se lentamente até US\$ 8,30 em 2008. Esse movimento de elevação é parcialmente afetado pela crise de 2009-2010 (Council of Economic Advisers, 2009). Na Europa Ocidental, o ritmo de expansão das qualificações, seguindo a metodologia de Angus Maddison, é em geral superior à do salário real a partir de 1979. Entre 1973-1992, a expansão das qualificações atinge 1,6% a.a. na França, 2% a.a. na Itália, 3,2% a.a. na Espanha, 3,2% a.a. em Portugal, 1% a.a. no Reino Unido

e 0,3% a.a. na Alemanha, ao passo que os salários reais se expandem 1,2% a.a. e 0,9% a.a. na zona do Euro entre 1979-1989 e 1989-1997 (OECD, 1999).

A questão do subimperialismo e do regime político

Marini considerava o subimperialismo condicionado pelas margens de atuação dadas pelo imperialismo, uma vez que a tendência à exportação de capitais e mercadorias nas fases mais avançadas do capitalismo dependente, se por um lado era resultado da integração ao grande capital internacional, de outro, entrava em contradição com ele.

O neoliberalismo, ao reorientar a acumulação para os mercados internacionais, restringiu a ascensão do subimperialismo. A demanda estatal e o consumo suntuário assumiram papel central na realização dos lucros extraordinários. A dívida pública passou a ser chave na realização de superlucros, parte do mercado interno foi internacionalizado e o aparato produtivo, principalmente industrial, se retraiu. O regime de acumulação e o Estado se financeirizaram. Entretanto, a crise e o desgaste do neoliberalismo permitiram certa rearticulação produtiva dos centros de acumulação na América Latina. A projeção do capitalismo brasileiro ganhou destaque e, com ele, a retomada de assimetrias na região que caracterizam dimensões de um processo subimperialista. O Brasil apresentou em 2008 um saldo comercial com a região de US\$ 19,2 bilhões, equivalente a 80% do total, e suas receitas com remessas de lucros e juros saltaram de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 12 bilhões entre 2006-2008 (Cepal e Banco Central do Brasil).

Exportações de mercadorias e de capital avançam com a projeção do capitalismo brasileiro. Se do ponto de vista da dinâmica econômica de seu capitalismo o Brasil apresenta tendências subimperialistas, em sua política externa, sob os governos Lula/Dilma, busca exercer uma liderança consensual e articular o processo de integração como instrumento de sua projeção mundial. Para isso, aceita até certo ponto as reivindicações anti-imperialistas da região. E o faz a partir de um enfoque de terceira via, que procura uma posição intermediária entre o neoliberalismo estadunidense e o nacionalismo-popular e revolucionário da região. Essa contradição poderá se aprofundar nos próximos anos. Até aqui, a política externa brasileira não foi suficientemente ousada em seus projetos de integração para conter a expansão da dinâmica subimperialista que referimos.

Em relação à análise dos regimes políticos latino-americanos, as ideias de Marini também parecem encontrar bastante atualidade. A reemergência do nacionalismo radical e popular na região revela as resistências do grande capital e da pequena burguesia a processos políticos que envolvam distribuição de renda e riquezas. Os golpes frustrados na Venezuela, a ameaça à unidade nacional realizada pela burguesia boliviana, as articulações golpistas no Paraguai de Lugo e no Equador de Correa, o nocaute da oligarquia rural argentina aos Kirchners e a solidariedade dos grandes meios de comunicação da região a golpes e tentativas de desestabilização revelam a vigência dos caminhos antidemocráticos e anti-

-institucionais da reação burguesa. Todavia, seus fracassos e a sustentação dos governos populares indicam o fortalecimento organizacional dos movimentos sociais e as fraturas causadas pelo neoliberalismo à coalizão burguesa que liderou os processos políticos e econômicos na região nos anos 1980-1990. A ascensão dos movimentos sociais e sua projeção em parcelas do aparato repressivo do Estado, como no caso venezuelano, estimulada pela contradição entre o interesse nacional e o neoliberalismo, têm paralisado a alternativa golpista e a formação de um Estado de contrainsurgência. Todavia, essa não é uma situação permanente. A vitória do golpe civil-militar em Honduras contra Zelaya atesta que a fórmula dos Estados de contrainsurgência ou quarto poder não se esgotou.

O avanço dos processos de globalização tem aumentado a interdependência econômica, política e social entre os Estados na América Latina e as políticas de Estado subimperialistas poderão jogar um papel importante na contenção do avanço dos movimentos sociais e populares na região. Quando a coalizão burguesa perde sua legitimidade interna, apela à intervenção externa como instrumento para desmoralizar o novo bloco de poder nacional e retomar o controle perdido sobre o Estado. O subimperialismo torna-se um instrumento à disposição. Nesse sentido, a Colômbia de Pastrana, Uribe, Juan Manoel Santos e dos Partidos Liberal e Social da Unidade Nacional, por suas estreitas ligações políticas e militares com os Estados Unidos, apresenta-se como o país-chave para jogar essa carta na região.

A década de 2010 deverá aumentar as tensões na região entre os projetos populares de governo e o bloco conservador. O pensamento de Ruy Mauro Marini continuará sendo referência indispensável para a análise das contradições sociais e formulação de alternativas em nossa região e no mundo contemporâneo.

Referências bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- CEPAL. *Series históricas de estadísticas económicas 1950-2008*. Disponível em: www.eclac.org. Acesso em: 20 mar. 2010.
- _____.; CEPALSTAT: *Estadísticas de América Latina e Caribe*. 2010. Disponível em: www.eclac.org. Acesso em: 23 mar. 2010.
- _____. *Panorama Social da América Latina*. Santiago: Nações Unidas, 2008a.
- _____. *Panorama da Inserção Internacional da América Latina*. Santiago: Nações Unidas, 2008b.
- COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS (2009) Economic Report of The President. Disponível em: www.gpoaccess.gov/eop/2010/B47.xls. Acesso em: 20 mar. 2010.
- DOS SANTOS, Theotonio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRONINGEN GROWTH AND DEVELOPMENT CENTRE. Disponível em: www.eco.rug.nl/GGDC. Acesso em: 5 mar. 2010.
- IPEA. *A distribuição funcional de renda no Brasil: situação recente*. Comunicado da Presidência n.14, 2008. Acesso em: 23 mar. 2010. Disponível em: www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/08_11_11_DistribuicaoFuncional.pdf.

- MADDISON, Angus. *La economía mundial 1820-1992: análisis y estadísticas*. Paris: OECD, 1997.
- MARTINS, Carlos Eduardo. Superexploração do trabalho e economia política da dependência. In: MARTINS, C.E.; Sotelo, A. (Orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. A teoria da conjuntura e a crise contemporânea. In: DE OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARTINS, C.E.; SOTELO, A. (Orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México D.F.: Ediciones Era, 1973.
- _____. *Subdesarrollo y revolución*. México D.F. Sigloveinteuno. 5 edición ampliada, 1974.
- _____. *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre el Chile*. Ediciones Era, 1976. (Série Popular).
- _____. Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos Políticos*, México D.F., n.13, 1977a.
- _____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, México D.F., n.12, 1977b.
- _____. La cuestion de fascismo en America Latina (Debate con Pio Garcia, Theotonio dos Santos e Agustín Cueva). *Cuadernos Políticos*, n.18, México D.F., pp.13-38, octubre-diciembre 1978a.
- _____. Las razones del neodesarrollismo: respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra. *Revista Mexicana de Sociología*, México D.F., n.especial, p.57-106, 1978b. Disponível em: www.marini-escritos.unam.mx/007_neodesarrollismo_es.htm.
- _____. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Úrsula (Ed.). *Mercado y dependencia*. México D.F.: Nueva Imagen, 1979a. p.37-55.
- _____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos Políticos*, México D.F.: n.20, 1979b.
- _____. Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile. *Cuadernos CIDAMO*, México D. F.: n.7, 1982.
- _____. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.
- _____. Introducción: las raíces del pensamiento latinoamericano. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coords.). *La teoría social latinoamericana: tomo I, los orígenes*. México D.F.: El Caballito, 1994-a. p.17-35.
- _____. La crisis del desarrollismo. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coords.). *La teoría social latinoamericana: tomo II, subdesarrollo y dependencia*. México D.F.: El Caballito, 1994-b, p.135-154.
- _____. El Estado de contrainsurgencia. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coords.). *La teoría social latinoamericana: tomo III, la centralidad del marxism*. México D.F.: UNAM, 1995, p.89-99.
- _____. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coord.). *La teoría social latinoamericana: tomo IV, cuestiones contemporáneas*. México D.F.: Unam, 1996, p.49-68.
- OECD. *OECD Historical Statistics: 1960-1999*. OECD, Paris, 1999.
- U.S. Treasury Department. Disponível em: <<http://www.treas.gov>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

wage earners by its specific social function: to transform nature in the means of production and subsistence. Marx, with the concept of “collective labourer” would have put under the same and only class (the labourers or workers) the totality of the wage earners. This article argues that this concept of “collective labourer” does not exist in Book I and it is the result of the political and ideological necessities both of Stalinism and Social-democracy.

Keywords: Proletariat, collective labourer, Marx, social classes

Marxismo e movimentos sociais

ANDRÉIA GALVÃO

Resumo: Este artigo discute a contribuição da teoria marxista para a análise dos movimentos sociais. Para isso, discute a relação entre classes e movimentos sociais e as diferentes formas de contestação social no capitalismo contemporâneo. Sustenta que, embora os conflitos sociais não se restrinjam às relações de trabalho, o trabalho ainda desempenha um papel central na constituição dos conflitos.

Palavras-chave: marxismo, movimentos sociais, classes sociais, trabalho

Abstract: This paper deals with the contribution of Marxist theory to the analysis of social movements. For this, it discusses the relationship between classes and social movements and the different forms of social contestation in contemporary capitalism. It is assumed that although social conflicts are not restricted to the labor relations, labor still plays a central role in its constitution.

Keywords: Marxism, social movements, social classes, labor

O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI

CARLOS EDUARDO MARTINS

Resumo: O artigo analisa a atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini, destacando os fundamentos de sua economia política, sua análise do modelo político latino-americano e da questão do socialismo. Enfoca os conceitos de superexploração, subimperialismo, estados de contra-insurgência e quarto poder, chaves na elaboração teórica do autor.

Palavras-chave: Marini, superexploração, superimperialismo, estados de contra-insurgência, quarto poder.

Abstract: The article reviews the current thinking of Ruy Mauro Marini, highlighting the foundations of its political economy, his analysis of the political model in Latin America and the question of socialism. Focuses on the concepts of super-exploitation, sub-imperialism, states of counterinsurgency and the fourth power, central to the theoretical elaboration of the author.

Keywords: Marini, super-exploitation, sub-imperialism, states of counterinsurgency, fourth power

Da Declaração de Março de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático

ANITA LEOCÁDIA PRESTES

Resumo: A partir da aprovação da Declaração de Março de 1958 pela direção do PCB, os comunistas brasileiros adotam uma nova orientação política. O objetivo tático do partido passa a ser a conquista de um *governo nacionalista e democrático* por meio do processo eleitoral e da pressão de massas, excluída a via armada prevista anteriormente nos documentos do PCB. No artigo são apresentadas e apreciadas criticamente as vicissitudes do partido na luta pela realização de tais objetivos durante a segunda metade do governo de Juscelino Kubitschek e os sete meses de Jânio Quadros no poder.

Palavras-chave: Declaração de Março de 1958, PCB, governo nacionalista e democrático, comunistas.

Abstract: Since the approval of the March declaration of 1958 by the direction of the PCB, the Brazilian communists adopted a new political orientation. The tactical objective of the party became the conquest of a *nationalist and democratic government* by way of the electoral process and the pressure of the masses, excluding the armed alternative predicted previously in the documents of the PCB. In this article are presented and analyzed critically the difficulties of the party in the struggle for the accomplishment of these objectives, during the second half of the presidency of Juscelino Kubitschek and the seven months during which Jânio Quadros was in power.

Keywords: Declaration of March 1958, PCB, nationalist and democratic government, communists.